

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, acompanhado das Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e as respectivas Notas Explicativas, dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Santos, 29 de abril de 2014. **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012		2013	2012	2013	2012
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	29.392	20.446	30.573	22.060	Fornecedores	17.445	12.425	17.647	12.737
Clientes (Nota 5)	12.893	10.329	12.897	10.489	Adiantamentos de clientes (Nota 12)	4.714	2.252	4.714	2.252
Tributos a recuperar (Nota 7)	657	82	1.437	659	Salários e encargos sociais	1.630	1.404	1.681	1.433
Despesas antecipadas	3.872	3.598	3.882	3.601	Provisão de férias e encargos sociais	3.900	3.201	4.028	3.733
Contas a receber	747	703	763	709	Obrigações fiscais e tributárias (Notas 13 e 14)	3.305	4.180	3.357	4.276
Dividendos a receber (Nota 6)	36	22			Créditos de acionistas	1.003		1.003	
	47.597	35.180	49.562	37.518	Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	5.944	4.778	5.944	4.778
Não circulante					Contas a pagar	2.363	1.028	2.364	1.048
Realizável a longo prazo						40.304	29.368	40.738	29.897
Partes relacionadas (Nota 6)	5.410	2.939	5.410	3.040					
Depósitos judiciais (Nota 16)	1.059	892	1.116	934	Não circulante				
Outras realizáveis a longo prazo	1.083	3.010	1.086	3.013	Fornecedores	1.324	1.324	1.324	1.324
Investimentos (Nota 8)	1.613	2.165			Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	17.575	18.689	17.575	18.689
Imobilizado (Notas 3 e 9)	82.910	82.703	83.037	82.837	Obrigações fiscais e tributárias (Notas 13 e 14)	30	983	30	983
Intangível (Nota 10)	16.573	4.865	16.637	4.948	Provisão para contingências (Nota 16)	2.796	4.063	2.946	4.083
	108.648	96.574	107.286	94.772	Tributos diferidos (Nota 3)	17.333	17.333	17.333	17.333
						37.734	42.392	37.884	42.412
					Patrimônio líquido (Nota 17)				
					Capital social	24.658	24.658	24.658	24.658
					Reserva legal	1.138	1.138	1.138	1.138
					Reserva de lucros	18.765	1.489	18.765	1.489
					Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 3)	33.646	33.646	33.646	33.646
					Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	78.207	59.974	78.207	59.974
					Participação de acionistas não controladores			9	7
					Total do patrimônio líquido	78.207	59.974	78.216	59.981
					Total do passivo e patrimônio líquido	156.245	131.754	156.838	132.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajuste de Avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Participação atribuída aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
Em 31 de dezembro de 2011	24.658				(6.000)	18.658	5	18.663
Ajuste de exercícios anteriores				33.646		33.646		33.646
Em 01 de janeiro de 2012	24.658			33.646	(6.000)	52.304	5	52.309
Lucro líquido do exercício					9.620	9.620	2	9.622
Destinação do lucro								
Reserva legal		181			(181)			
Dividendos distribuídos					(1.950)	(1.950)		(1.950)
Transferência para reserva de lucros			1.489		(1.489)			
Em 31 de dezembro de 2012	24.658	181		33.646		59.974	7	59.981
Lucro líquido do exercício					19.142	19.142	3	19.145
Destinação do lucro								
Reserva legal		957			(957)			
Dividendos distribuídos					(909)	(909)	(1)	(910)
Transferência para reserva de lucros			17.276		(17.276)			
Em 31 de dezembro de 2013	24.658	1.138	18.765	33.646		78.207	9	78.216

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 - Em milhares de reais, exceto quando indicado

1 Contexto operacional
 A Companhia tem por objeto a exploração das atividades de transporte rodoviário, aquaviário e multimodal; de intermediação de fretes por vias marítimas e aéreas, inclusive internacionais, de armazenagem e movimentação de mercadorias de terceiros; de armazéns gerais; de logística e distribuição; de recintos alfandegados; de operadora portuária; de carga e descarga de embarcações; de operação de terminais portuários; de armazenagem de mercadorias provenientes ou destinadas às embarcações; de representação de armadores nacionais e estrangeiros; de agenciamento e afretamento de navios; de despachos aduaneiros; de logística; de agente de carga. Poderá, ainda, a Companhia praticar quaisquer atos correlatos e afins ao seu objeto social, como também participar de outras sociedades como quotista ou acionista.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis
2.1 Apresentação das demonstrações financeiras
 As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia e autorizadas para emissão em 25 de março de 2014.
 As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e Pronunciamento Técnico para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.255 de 10 de dezembro de 2009. As seguintes seções foram aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis:
 Seções 4 a 8 - Demonstrações contábeis;
 Seção 11 - Instrumentos financeiros básicos;
 Seção 14 - Investimento em controlada e em coligada;
 Seção 17 - Ativo intangível;
 Seção 20 - Operações de arrendamento mercantil;
 Seção 21 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
 Seção 23 - Receitas;
 Seção 27 - Redução do valor recuperável de ativos (*impairment*);
 Seção 29 - Tributos sobre o lucro;
 Seção 30 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis;
 Seção 33 - Divulgação sobre partes relacionadas.
 No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as demais seções do CPC PME não geraram efeitos nas demonstrações contábeis da Companhia.
2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas
 As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:
(a) Caixa e equivalentes de caixa
 Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras resgatáveis imediatamente e com risco mínimo de mudança de seu valor de mercado.
 As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
(b) Clientes
 As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas das perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa, as quais são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores cobrados de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor das referidas perdas estimadas é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.
 O prazo médio de recebimento das contas a receber é inferior a 30 (trinta) dias, prazo esse considerado como parte das condições comerciais e inerentes das operações da Companhia, por esse motivo, não foi requerida a aplicação do ajuste a valor presente.
(c) Investimentos em sociedades controladas
 Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.
(d) Conversão em moeda estrangeira
 As transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais (R\$) usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos em passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.
(e) Imobilizado
 Demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 9, que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens.
 Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional.
 Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia, sendo depreciados ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.
(f) Arrendamento mercantil
 Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 9.
(g) Intangível
 Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, assim como os gastos com o aperfeiçoamento ou a expansão de seu desempenho para além das especificações originais, incluindo gastos com customização para colocá-los em operação, são reconhecidos como ativos intangíveis, sendo amortizados usando-se o método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 10, que levam em consideração o prazo de sua vida útil-econômica.
(h) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)
 O ativo imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos para se identificar ajustes decorrentes de perdas por *impairment* sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicar que o valor contábil pode não ser recuperável. O ajuste da perda por *impairment* será reconhecido pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.
(i) Demais ativos circulantes e não circulantes (realizável a longo prazo)
 São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.
(j) Provisões
 As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.
(k) Empréstimos e financiamentos
 Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos. Os empréstimos tomados são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*) a valor presente.
(l) Demais passivos circulantes e não circulantes
 São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas e estão apresentados a valor presente.
(m) Reconhecimento de receita
 A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado quando da efetiva prestação dos serviços.
(n) Demais receitas, custos e despesas
 São reconhecidas observando-se o regime de competência de exercícios.
2.3 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria
 Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a companhia não possuía ativos classificados como disponíveis para a venda ou mantidos até o vencimento. As aplicações financeiras são classificadas na categoria valor justo por meio do resultado por serem aplicações de curto prazo e de liquidez imediata (indexados ao CDI). Os valores a receber de Clientes são classificados na categoria de "Recebíveis" por terem pagamentos fixos e determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. São mensurados pelo valor de custo amortizado (valor presente), deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a companhia não possuía passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.
2.4 Uso de estimativas e julgamentos
 A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e Pronunciamento Técnico para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME), requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas. Tais estimativas e premissas são revistas periodicamente. Fontes de estimativas de incertezas: (i) Passivos contingentes são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração as informações de seus assessores jurídicos, quando houver probabilidade de exigência de recursos financeiros para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.
 Para as contingências classificadas como "Prováveis", são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões para Contingências; (ii) Provisão para devedores duvidosos é constituída basicamente pelos títulos que encontram-se com ações de cobrança ajuizadas, e que possuem evidências para potencial perda. Estas são permanentemente avaliadas e sofrem alteração de acordo com a evolução dos processos.
2.5 Critério de consolidação
 As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Deicmar S.A. e suas controladas com as seguintes participações em 31 de dezembro de 2013:

A débito:
 a) R\$ 50.979 referente ajuste no ativo imobilizado. Correção para mensuração do ativo imobilizado ao Custo Amortizado quando da primeira adoção do CPC PME.
 A crédito:
 b) R\$ 17.333 referente ao reconhecimento de passivo fiscal como tributos diferidos sobre o ajuste de mais valia do ativo imobilizado (custo atribuído);
 c) R\$ 33.646 referente ao reconhecimento de ajuste do custo atribuído como Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários.

3.1 Efeitos em exercícios anteriores
 I- Reconhecimento no exercício iniciado em 01 de janeiro de 2012

	Controladora		Consolidado	
	Publicado	Ajustado	Publicado	Ajustado
Ativo não circulante				
Imobilizado	33.032	84.011	33.171	84.150
Passivo não circulante				
Tributos diferidos	0	(17.333)	0	(17.333)
Patrimônio líquido				
Ajuste de avaliação patrimonial	0	(33.646)	0	(33.646)
II- Efeitos no exercício findo em 31 de dezembro de 2012				
Ativo não circulante				
Imobilizado	31.724	82.703	31.858	82.837
Passivo não circulante				
Tributos diferidos	0	(17.333)	0	(17.333)
Patrimônio líquido				
Ajuste de avaliação patrimonial	0	(33.646)	0	(33.646)
4 Caixa e equivalentes de caixa				
Controladora				
Consolidado				
2013	2012	2013	2012	
Caixa	708	762	713	766
Bancos contas movimento	526	2.187	561	2.402
Aplicações financeiras	28.158	17.497	29.299	18.892
	29.392	20.446	30.573	22.060

As aplicações financeiras estão indexadas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são representadas por aplicações de Certificado de Depósitos Bancários - CDB de alta liquidez.

5 Clientes

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Clientes	14.212	11.664	14.378	11.998
Provisão para Devedores Duvidosos	(1.319)	(1.335)	(1.481)	(1.509)
	12.893	10.329	12.897	10.489
Controladora				
Consolidado				
2013	2012	2013	2012	
Créditos a vencer	10.276	7.769	10.280	7.929
Créditos em atraso até 30 dias	1.697	2.252	1.697	2.252
Créditos em atraso de 31 a 60 dias	176	263	176	263
Créditos em atraso acima de 60 dias	2.063	1.380	2.225	1.554
	14.212	11.664	14.378	11.998

6 Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ativo circulante				
Dividendos a receber				
Terminal Marítimo do Valongo S.A.	36	22		
	36	22		
Ativo não circulante				
Partes relacionadas				
Deicmar S.A. (a)	4.690	2.939	4.690	3.040
Acionistas	720		720	
	5.410	2.939	5.410	3.040

(a) A movimentação pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Resumo da movimentação				
Em 31 de dezembro de 2011	0	0	0	0
Aquisições (1)	2.900	3.000	2.900	3.000
Juros líquidos	40	40	40	40
Em 31 de dezembro de 2012	2.939	3.040	2.939	3.040
Aquisições (2)	4.600	4.600	4.600	4.600
Juros líquidos	259	266	259	266
Amortização (1)	(3.108)	(3.216)	(3.108)	(3.216)
Em 31 de dezembro de 2013	4.690	4.690	4.690	4.690

(1) Aquisição em 16 de outubro de 2012 de Notas Promissórias Comerciais remuneradas à taxa de 120,50% (cento e vinte inteiros e cinquenta centésimos por cento) do CDI, liquidadas em Out/2013.
 (2) Aquisição em 10 de outubro de 2013 de Notas Promissórias Comerciais com prazo de vencimento até 360 (trezentos e sessenta dias) remuneradas à taxa de 120,00% (cento e vinte inteiros por cento) do CDI, calculados *pro rata temporis* até a data de vencimento.

7 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
ICMS	16	55	16	55
IRPJ	491	7	566	56
CSLL	130	1	167	22
Outros	20	19	688	526
	657	82	1.437	659

8 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Custo				

16 Provisão para contingências

A Companhia está sujeita a contingências cíveis, fiscais, trabalhistas e outras, sendo parte envolvida em processos em andamento tanto na esfera administrativa como judicial, para as quais, quando aplicável, estão amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis constituídas, inclusive quanto ao prazo de exigibilidade, são estimadas pela administração, amparada por sua assessoria jurídica, conforme segue:

(a) Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Cíveis	40	25	41	26
Fiscais	116	137	116	137
Trabalhistas	903	730	959	771
	1.059	892	1.116	934

(b) Provisão para contingências

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Cíveis	545	1.420	545	1.420
Trabalhistas	2.251	2.643	2.401	2.663
	2.796	4.063	2.946	4.083

17 Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O capital social totalmente subscrito e integralizado, dividido em 28.687.975 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Reservas e Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.

5% para dividendos obrigatórios sobre o saldo após a destinação para reserva legal.

O saldo remanescente para reserva de lucros o qual permanecerá à disposição da Assembléia Geral Ordinária.

18 Instrumentos financeiros

A Companhia possui operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A administração dessas operações é efetuada mediante estratégias de operação e sistemas de controles.

Valorização dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(c) Investimentos

Consistem, principalmente, em investimentos em controladas de capital fechado, registrados pelo método de equivalência patrimonial, nas quais a Companhia tem interesse estratégico.

Considerações de valor de mercado das ações possuídas não são aplicáveis.

(d) Empréstimos e Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em reais tem suas taxas atreladas à variação do CDI e se aproxima do valor de mercado. Para os demais empréstimos e financiamentos, inclusive os denominados em moeda estrangeira, a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, não são significativas.

(e) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que a orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito.

(f) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

(g) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de de-

semplosos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

(h) Risco de mercado**(h.1) Risco com taxa de juros**

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(h.2) Risco com taxa de câmbio (Controladora e Consolidado)

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia possuía passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

	2013		2012	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Passivo				
Circulante				
Fornecedores				
- Indexados ao EUR	508	1.639	523	1.410
- Indexados ao USD	145	340		
Empréstimos e Financiamentos				
- Indexados ao USD	1.297	3.038	1.100	2.249
Passivo				
Não Circulante				
Fornecedores				
- Indexados ao EUR			491	1.324
Empréstimos e Financiamentos				
- Indexados ao USD	6.780	15.885	6.911	14.122

19 Seguros

A Companhia mantém programa de seguros, sendo a cobertura contratada, considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre suas operações, seu patrimônio, ativos, funcionários e responsabilidade civil perante terceiros.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARIA BEATRIZ DE CARVALHO ESTRADA GERD WILLI ROTHMANN MODESTO SOUZA BARROS CARVALHOSA PETER SCHAEFER

DIRETORIA

MARIA BEATRIZ DE CARVALHO ESTRADA - GERSON OLIVI FORATTO

CONTADOR

MARCELO BRAZ REIS - CRC 1SP 182.643/O-5